

**ARTIGO DO ILMO. SR. DR. CELSO BONFIM, EM
HOMENAGEM À APOSENTADORIA DO EXMO. SR.
MINISTRO *MÁRCIO RIBEIRO*, PUBLICADO PELO JORNAL
ESTADO DE MINAS, EM 29/12/1979.**

UM JUIZ JUSTO

Quando iniciei minha vida profissional, em Belo Horizonte, 1944, fui apresentado ao então Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e Diretor do Fórum, **Márcio Ribeiro**. Foi meu irmão, o advogado Orlando Bonfim Júnior, quem fez a apresentação.

Antes, meu irmão fez uns comentários elogiosos a respeito do juiz. E contou ter sido ele recebido, aqui, pelos advogados em geral, quase todos contra a ditadura getuliana, com muitas reservas, em virtude de ser parente do governador Benedito Valadares. Logo se impôs, entretanto, por sua serenidade e independência, por sua lhanza no trabalho e segurança no julgar.

Os advogados belo-horizontinos, sob a liderança de Milton Campos e Pedro Aleixo, aproveitavam-se de qualquer pretexto para externar sua oposição ao regime do Estado Novo. E imaginaram, por isto, homenagear Tiradentes. Seria o confronto do símbolo da liberdade com a imposição da tirania. Para local da reunião foi escolhido o salão principal do antigo Fórum Lafayette, na Avenida Afonso Pena. Procurado por uma comissão de advogados, **Márcio Ribeiro**, Diretor do Fórum, sem pestanejar, com a serenidade que o caracterizava, atendeu ao pedido. Cedeu o salão, para nele se realizar a homenagem que, em suma, seria um protesto contra o absolutismo. Com esse procedimento, obteve definitivamente a admiração dos "leguleios em férias" de Belo Horizonte...

A audiência começara. A testemunha chegou, cumprimentou sorridente o Juiz. Sentou. Respondeu às perguntas do escrivão sobre o nome, a idade, o estado civil, o endereço, e aos costumes disse nada... O Doutor **Márcio** olhou a testemunha. Entre os dois travou-se a seguinte conversa:

- Eu conheço a senhora.
- Eu também conheço o senhor. Eu venho sempre aqui.
- Ah ! vem? O que a senhora vem sempre fazer aqui?

— Eu venho ser testemunha. O Dr. Miranda me dá condução, me ensina o que eu devo falar e me paga vinte mil réis para eu vir aqui falar o que ele manda.

Houve ligeiro silêncio. O escrivão abaixou os olhos. O Dr. Miranda enrubesceu. A velhota ficou mexendo as mãos. Afinal, o Dr. **Márcio Ribeiro** falou:

— Prestar falso testemunho é um crime. A senhora veio aqui praticar um crime. Por vinte mil réis. Eu devia prendê-la. Mas estou vendo que a senhora é mulher simples. Não sabe o mal que está fazendo. Vou mandá-la embora. Pode ir embora. Se a senhora voltar aqui para testemunhar vai ser presa. Pode sair. Não sei se vou prender o advogado...

Contestei uma ação. Escrevi muito. Mais de doze páginas. Meu irmão leu. Elogiou. Mas, comentou, está longa. Você podia diminuir alguns artigos. Reduzi. Ainda assim ficou extensa. Levei-a a despacho. O Dr. **Márcio** passou os olhos pela contestação. Despachou. Vista à autora.

Fiz um comentário justificando o tamanho da resposta do réu. E pedindo-lhe me desculpasse.

Com a serenidade que o caracterizava, falando manso, e com ironia no olhar, o Juiz me disse:

— Doutor Celso, Rui Barbosa escrevia muito. E ninguém pode censurá-lo por isto.

Esse mineiro de Lavras, homem simples, amante do esporte, freqüentador do Minas Tênis Clube, sereno, independente, da 1ª Vara Cível de Belo Horizonte, foi ser Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, convidado por Juscelino Kubitschek. Austero, operoso, chegou a Ministro do Tribunal Federal de Recursos, nomeado pelo Presidente Castelo Branco. Foi Presidente de Tuma e Presidente do próprio Tribunal. Agora, despediu-se de seus pares, porque no dia 14 de janeiro, ao completar 70 anos de uma vida exemplar, cairá na aposentadoria compulsória. Foi homenageado por seus companheiros de trabalho, Ministros, Desembargadores, Juizes, Advogados, Funcionários, admiradores e amigos. Eu disse, no correr desta crônica, que **Márcio Ribeiro**, por ser parente de Benedito Valadares Ribeiro, foi recebido em Belo Horizonte pelos advogados, futuros udenistas, com as maiores restrições. Pelo seu procedimento, pela sua correção, pela sua serena

independência, saiu de Belo Horizonte para Brasília cercado pela admiração geral.

Agora, ao cair na compulsória, recebe as homenagens de todos. De todos, não. O governador Francelino Pereira, que também é homem sereno, tranqüilo, não prestou a **Márcio Ribeiro** as homenagens que este mineiro ilustre bem merecia do nosso governo. Limitou-se a passar-lhe um frio e inexpressivo telex. Demonstrou, assim, de duas, uma: ou está muito mal assessorado para determinados assuntos, ou as velhas restrições udenistas ao parente de Benedito Valadares não se extinguíram de todo.



Para um pouco a máquina. Para encerrar este registro, quero adjetivar o nome de **Márcio Ribeiro**, de modo a descrever-lhe suas incontáveis qualidades. Que adjetivo usar? Seria culto, instruído? Seria inteligente, sagaz? Seria operoso? Ilustre? Distinto? Preclaro? Nobre? Conspícuo? Nenhuma dessas qualidades desacompanhada, sozinha, serve. Nada melhor, para adjetivar **Márcio Ribeiro**, do que o título usado no discurso com que foi saudado por J. Procópio de Carvalho, quando o Dr. **Márcio** foi transformado em Desembargador: um Juiz justo. Porque, tendo sido sempre um Juiz justo, sempre agiu conforme a justiça, a razão, a moral e o direito. Um homem reto. Imparcial. Exato. Virtuoso. Apenas isto: um Juiz justo.